

TRANSFORMAÇÕES NO CONCEITO DE TERRITÓRIO: COMPETIÇÃO E MOBILIDADE NA CIDADE

Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde*

RESUMO:

Esse artigo almeja reavaliar o significado da territorialidade nas grandes cidades brasileiras. Das proposições de Ratzel a territorialidade de hoje, esse conceito passou por diversas mudanças que podem renovar as interpretações do urbano. Acreditamos que o estudo da competição e da mobilidade nas cidades pode torná-las mais claras

PALAVRAS-CHAVE:

Território, política, competição e mobilidade.

ABSTRACT:

This article aims to reevaluate the meaning of territoriality in Brazil's largest cities. From Ratzel's propositions to today's territoriality, this concept has passed by several changes that could renew urban interpretations. We believe that the study of competition and mobility in the cities could make them clear to us.

KEY WORDS:

Territory, politics, competition and mobility.

O estudo do território vem se constituindo em uma tradição do pensamento geográfico nos últimos 100 anos. Desde as proposições de Ratzel, inspiradas na ecologia, no romantismo alemão e no imperialismo do final do século XIX, esse conceito tem sido utilizado para conferir uma dimensão política de mobilidade e de competição à lógica espacial. Nesse sentido, qualquer discussão da geografia que tenha o território como objeto deveria, primeiramente, reavaliar as características essenciais desse conceito, na medida em que, no mundo atual, as dinâmicas de mobilidade e de competição se tornam cada vez mais desenvolvidas. Dessa forma, o objetivo desse artigo é realizar tal tarefa, que muitas vezes, é ignorada ou simplesmente menosprezada nos trabalhos geográficos.

I - Do *boden* ao território descontínuo

Segundo a seminal "antropogeografia" de Ratzel, o território seria a expressão legal e moral do Estado, a conjunção do solo (*Boden*) e do povo, na qual se organizaria a sociedade. Sua territorialidade associa uma identidade específica, presumindo que não existiriam subdivisões ou contradições internas a um Estado determinado, fixo no tempo e no espaço, características que só poderiam ser modificadas sob o uso da força (Raffestin, 1990; Souza, 1995). O movimento de expansão dos territórios assumiria caráter quase orgânico, como um ser vivo que se desenvolve e precisaria de uma área maior para ocupar. Nas palavras de Ratzel:

"Nesta poderosa ação do solo que se manifesta através de todas as fases da História, bem como de todas as esferas da

vida presente, há alguma coisa misteriosa que angustia o espírito; pois a aparente liberdade do homem parece aniquilada. Vemos, com efeito, no solo a fonte de toda servidão. Sempre o mesmo e sempre situado no mesmo ponto do espaço, ele serve como suporte rígido aos humores, às aspirações mutáveis dos homens, e quando lhes acontece esquecer este substrato, ele os faz sentir seu poder e lhes recorda, através de sérias advertências, que toda vida do Estado tem suas raízes na terra. Ele regra os destinos dos povos com uma cega brutalidade. Um povo deve viver sobre o solo que recebeu do destino, deve morrer aí, deve suportar sua lei”¹

Apesar desse famoso autor ter também estudado os “movimentos da humanidade sobre a Terra”², é o estudo da fixação territorial que é reconhecido mais freqüentemente como a sua herança: a geografia. De fato, a geopolítica dos anos 50 seguiu os mesmos princípios de território encontrados na teoria ratzeliana, estendendo a sua influência até os anos 80. Alimentadas pelas disputas geopolíticas por zonas de exclusividade de fluxos militares e econômicos de um dos pólos ideológicos, capitalista ou comunista, as áreas periféricas de desenvolvimento serviram como palcos da tensão e da disputa por territórios. O continente africano, por exemplo, ficou marcado como uma imensa fronteira do avanço desses blocos, constituindo uma infinidade de pequenos episódios da história da guerra fria.

Porém, nos últimos 20 anos, o território ganhou um sentido diferente, mais amplo, para abordar uma infinidade de questões pertinentes ao controle físico ou simbólico de determinada área. Hoje um olhar geográfico sobre as fronteiras que separam os homens do século XXI irá necessariamente revelar a pluralidade das suas diferenças e a diversidade de suas formas de associação entre pessoas e espaços. O estudo dos territórios voltou a ser valorizado na década de 90 por diversas razões. O fim do mundo bipolarizado dos pontos de vista militar e econômico também foi fundamental para o desenvolvimento de novos pactos federativos

que legitimariam as novas políticas e suas áreas de influência. Portanto, o conceito de território assumiu um papel importante, uma vez que poderia servir como base para compreensão dos inúmeros processos de fragmentação e união entre as nações.

De forma análoga, a partir dos anos 80, os territórios passaram a ser aplicados para representar as atividades de movimentos sociais urbanos. Com o inchamento das cidades brasileiras na década anterior, aumentaram também os problemas relativos à superpopulação, a falta de justiça social, a baixa qualidade de vida, a violência e a desigualdade econômica. O crescimento caótico que derivou dessa soma de fatores trouxe uma pluralidade de atores e cenários para o espaço público. Nesse sentido, o discurso sobre o território passa a envolver novas possibilidades ao se tornar um elemento crucial das reivindicações nas cidades.

Para isso, foi necessário realizar uma rediscussão da validade do estudo territorial. As suas bases teóricas tiveram de ser renovadas para que esse conceito pudesse realmente realizar um estudo mais rico das cidades. Como vimos, no passado a geografia trabalhou o conceito de território associado apenas a escala do território nacional, sendo este inteiriço, limitado apenas pelas fronteiras com outros países, tendo o poder público como única fonte de poder em relação ao controle espacial e sendo este controle permanente no tempo. Os novos estudos exigiram a compreensão de que os fenômenos da organização sócio-espacial da política eram muito mais ricos do que a mera associação ao território nacional. As novas interpretações do território permitem uma visualização da cidade em disputa, dividida entre o poder público e os grupos organizados, sendo a expressão mais concreta e dramática da metáfora da guerra. Para entendermos como isso é possível, escolhemos os trabalhos de dois geógrafos: Sack³ e Souza⁴

Souza vê o território como um “(...) espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”⁵, definição que possibilita o início da compreensão do território como uma área de

influência e sob o domínio de um grupo. Para Sack, o conceito de território constitui a expressão de uma área dominada por um grupo de pessoas e, através desse domínio, a possibilidade de controlar, dominar ou influenciar o comportamento de outros.

Seguindo esse raciocínio, a territorialidade para Sack seria justamente as estratégias espaciais usadas para obter esse controle. Ela seria constituída por 3 aspectos fundamentais: seria simultaneamente uma forma de classificação de área, uma forma de controle de acesso e ainda um modo de comunicação. Ao dizer que a territorialidade seria uma forma de se fazer uma classificação de área, Sack se refere ao fato de que ao se exercer uma estratégia de controle de uma área, cria-se instantaneamente uma limitação para o contato com quaisquer objetos ou pessoas dentro dos limites em questão, sem a necessidade de enumerá-los. Isso se torna possível ao estabelecer um controle direto de acesso, seja por barreiras físicas ou simbólicas, como guaritas ou placas. A terceira e última característica da territorialidade está presente na sua necessidade de comunicar o controle exercido, envolvendo uma declaração de posse ou exclusão e às vezes também de direção no espaço.

Atento às proposições de Sack, Souza critica as limitações da geografia e propõe um novo modo de se usar esse conceito. Segundo ele, uma nova forma de abordagem:

"(...) pressupõe uma flexibilização da visão de território. Aqui, o território será um campo de forças, uma teia ou uma rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os insiders) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os outsiders)"⁶

Assim, ele demonstra uma possível articulação entre os conceitos de território e de rede, que superaria as limitações da geografia clássica, tornando viável a aplicação desse conceito sobre o espaço da cidade, como é o caso

desse trabalho. De fato, a compreensão da complexidade da atuação dos grupos organizados exige uma abordagem na qual seja possível perceber a cidade em disputa e retalhada por diversos fenômenos territoriais que podem se superpor no tempo e/ou no espaço, pois eles se dividem em hierarquias de poder para realizar o maior controle territorial possível. Através dessas hierarquias, eles multiplicam as suas ações no espaço da cidade, aumentando também o conflito pelo poder.

Vejam os brevemente dois exemplos das hierarquias desses grupos na cidade do Rio de Janeiro: o primeiro trata-se do tráfico de drogas, que é dividido em grandes facções que dominam morros e disputam a hegemonia do tráfico como o Comando Vermelho, os Amigos dos Amigos, Comando Vermelho Jovem e o Terceiro Comando; o segundo exemplo está nas dinâmicas das torcidas organizadas de futebol, que se dividem em grupos e subgrupos ("Pelotões", "Comandos", "Esquadrões", etc) que alteram o cotidiano das metrópoles e entram em conflito (Valverde, 2002). Dentro dessas duas estruturas de pontos (ou subgrupos) espalhados pela cidade e unidos por fluxos de mercadorias, pessoas e informações, podemos encontrar a essência da associação dos conceitos de território e rede proposta por Souza (1995), o qual ele chamou de "território descontínuo"

Se observarmos as fronteiras desses territórios – possivelmente, seus aspectos mais claros tanto no nível simbólico quanto no nível concreto que comunicam a posse ou a exclusão – nós veremos que suas dinâmicas geram movimentos constantes de fronteiras, que surgem e desaparecem, se expandem e se retraem, e também se organizam segundo hierarquias. Moura⁷ faz um expressivo relato desses fenômenos nas grandes cidades:

"Transparentes ou ostensivamente cercadas, as fronteiras refletem o exercício da dominação e da autoridade de um povo em particular. (...). Cada vez mais presente nas relações cotidianas das várias espacialidades, a fronteira tornou-se um símbolo claustrofóbico de limites (...) o

mundo nunca viveu tanto controle sendo exercido em seus tantos fragmentos”

Dessa forma, a dinâmica da constituição e destruição diária de inúmeros territórios no espaço público do Rio de Janeiro parece ser sintomática do choque de percepções do significado da política e do espaço. Devido a isso acreditamos que o conceito de território é capaz de trazer elementos de importância inigualável na construção de novas concepções sobre as cidades.

É justamente nesse sentido que Gomes propõe o nomoespaço e o genoespço. O primeiro seria um conceito que assume um pacto territorial fundado no cumprimento de um contrato social nos moldes daquele proposto por Rousseau. Ele parte do princípio que todos os indivíduos dentro desse acordo que envolve espaço e política são autônomos e infinitamente diferentes entre eles. Isso significaria que seus interesses dentro do Estado seriam bastante diversos e que só se poderia garantir a segurança de todos através de um equilíbrio do conjunto ditado pelo cumprimento de suas leis na área em questão. Nessa concepção se admite até mesmo que o sucesso de qualquer interesse (seja ele privado ou público) dentro do conjunto depende de uma postura correta em relação às leis. Tal declaração está fundada na crença de que o desvio de conduta pode garantir um ganho imediato, mas compromete os maiores benefícios desse modelo, como a liberdade e os direitos e, portanto, age em detrimento dos seus próprios interesses privados.

A produção do espaço estaria então voltada para estabelecer um equilíbrio normalmente não muito bem definido entre o bem-estar público e os direitos privados, mas que está por princípio vinculado a idéias de equivalência e isonomia. O território seria apenas a área na qual esse conjunto de regras universais estaria sob vigor e o espaço público seria a grande arena da política e de todas as relações sociais, significando a essência e o sucesso do nomoespaço.

Já o genoespço estaria fundado na crença de que todos os indivíduos de um grupo (usa-se também a palavra comunidade) têm interesses iguais, uma vez que são culturalmente originários de uma combinação única, comum entre eles e o território. A única diferenciação possível é entre cada um dos grupos, desconsiderando qualquer outro nível de análise. O território expressaria muito mais do que a relação formal de pertencimento e de legalidade presente na definição do nomoespaço, sendo, antes de tudo, o “solo no qual floresceu” tal relação. O inegável teor ecológico é proposital, pois revela uma ligação mais passional com o terreno e procura “naturalizar” o intrincado processo social de formação da coletividade. Nessa concepção, toma-se por lei a tradição e os costumes presentes nesses grupos e que são encontrados nessa extensão de área (e apenas nela). Portanto, as leis são bastantes informais e dependem da continuidade dos laços de unidade e solidariedade expostos.

No passado alguns sociólogos como Tönies⁸ trabalhavam essas diferenças de associação entre pessoas e espaço de maneira simplificada, como se elas expressassem somente as diferenças de desenvolvimento do campo e da cidade, ou do antigo e do novo. Mas nos dias de hoje podemos observar a presença dessas duas concepções de relação entre indivíduos e espaço nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro. Para o nosso trabalho tal constatação é fundamental ao associar dialeticamente o recuo da cidadania e as transformações do espaço público a fenômenos que têm o controle territorial como característica comum. Estando a cidade totalmente tomada por essas dinâmicas territoriais, existe claramente um imaginário de guerra no qual podemos observar: a recusa a partilhar, a aceleração do processo de privatização dos espaços públicos.

Ao que parece, o “reencantamento do mundo” proposto por Maffesoli (1997), no qual ele proclama que nós vivemos em um momento histórico de renovação do pacto territorial que traria uma “nova harmonia”, ainda está um

tanto distante. Acreditamos que o territorialismo não significa hoje uma necessidade válida do ponto de vista moral para os diversos grupos sociais. Afinal, os grupos não são necessariamente os veículos de expressão de revolta e procura de um mundo mais justo, pois eles se mostram cada vez mais como uma possibilidade de se lucrar de diferentes formas do imaginário do caos das infinitas formas de superposição e justaposição territorial. O domínio dos territórios, nesse caso, parece estar mais próximo a uma ausência de ação do Estado e da falta de reconhecimento de sua legitimidade que, ao invés de gerar bases para um novo sistema de relações entre os indivíduos, está apenas reforçando os defeitos do sistema democrático e capitalista.

Definitivamente, a capacidade interpretativa do conceito de território ainda tem uma importância subestimada nos dias de hoje, pois a maior parte de suas formulações não é capaz de expressar o movimento de suas ações com a devida fidelidade. Entre o Boden, território-solo de Ratzel, enraizando a identidade nacional alemã a um território; a geopolítica dos anos de 1950, marcada pelas disputas de mercados consumidores e zonas de influência militares e econômicas; e as múltiplas representações da territorialidade nos anos 1980 e 1990, nós vemos, justamente, a compreensão de que as transformações do conceito de território almejam conferir atualidade a ele a partir da percepção do seu movimento.

De fato, nos dias de hoje, ao contrário dos exemplos de territórios abordados anteriormente, os territórios são mais marcados pelo movimento contínuo do que propriamente pela fixação, tornando os laços de pertencimento com o solo muito menos significativos do que antes. A justificativa para tal constatação estaria na intensidade das suas dinâmicas de competição.

II- A competição pelos territórios

Acreditamos que uma outra limitação ao estudo dos territórios está ligada a sua excessiva vinculação aos fenômenos relacionados à identidade. Novamente ligados à obra

de Ratzel, muitas vezes esperamos associar ao território uma representação ontológica que confira um sentido subjetivo que seja capaz de contê-lo e explicá-lo. Mas, nas metrópoles brasileiras, encontramos exemplos e evidências da relação do atual fenômeno do territorialismo com a competição pelo espaço. Aliás, a partir de um olhar histórico, é justamente nos momentos de crescimento excessivo da percepção da competição e de maior fraqueza da capacidade política de negociação, que o discurso sobre o território ganha maior dimensão.

Ao contrário do que argumentavam muitos pensadores como Fukuyama (1992), o fim do embate ideológico da guerra fria não representou o "fim da história" e muito menos o fim da geografia. Dissociada dos limites da dicotomia nos circuitos do comunismo e do capitalismo, a competição pelo território ganhou novas formas e novos sentidos. Na esfera política, tal competição no território, pelo território e através do território, abre caminho para uma nova interpretação das representações sociais na cidade.

Nesse sentido, acreditamos que, no Brasil, alguns fatores como a violência urbana e o avanço das dinâmicas de privatização dos espaços públicos são fundamentais para o entendimento da cidade sob a lógica da competição. Para vermos como isso acontece, devemos primeiramente aceitar a seguinte afirmativa: a multiplicação dos grupos territoriais significa, necessariamente, a existência de novos atores e que, tendo estes interesses bastante diversos, acabam por exigir a formação de um novo equilíbrio urbano.

Mas o que poderia ser apenas um processo de reorganização é interpretado por muitos como uma ameaça constante aos direitos dos cidadãos por estabelecer regras de convívio que muitas vezes alteram a efetividade das leis formais. De fato, alguns grupos territoriais se valem desse expediente como uma estratégia de ação na cidade, como é o caso da ação dos grupos que promovem o tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. Como essa forma criminal avança procurando estabelecer enclaves de domínio exclusivo que

vem se multiplicando em número e em tamanho, nos sentimos tentados a pensar todo o espaço da cidade como objeto de disputa constante entre o poder público e o poder paralelo dos grupos organizados.

Seguindo na análise desse exemplo, tal quadro tem como conseqüência a mudança no equilíbrio das forças na cidade que, se persistir instável, acabará influenciando os moradores e pode causar o rompimento dos valores urbanos como a civilidade e a cidadania. O primeiro valor perdido é a concepção da cidade como o "lugar da segurança", uma vez que esta imagem é talvez a mais frágil de todas aquelas ligadas, já que qualquer evento extremo e ao acaso podem significar o seu abandono. Na sua duração, é capaz de induzir e de permitir a existência de formas de interações sócio-espaciais que não podem ser vistas quando essa imagem se perde. Quando a imagem da segurança é deixada de lado, significa que alguns outros laços divididos entre habitantes da cidade podem ser cortados e reorganizados sobre outras bases. Na nossa concepção, a recusa à partilha e a insegurança na cidade é justamente o primeiro passo para avançar no descarte sucessivo dos outros "lugares". Afinal, se não há a ilusão da segurança, pouco a pouco as dinâmicas sociais começam a se retrair e a diminuir suas amplitudes, tentando garantir os seus interesses privados (Valverde, 2002).

Seguindo no esclarecimento dessa cadeia de eventos, podemos lembrar que a expansão dos territórios da criminalidade e/ou da sociedade civil, significam um processo de "coisificação" do espaço. Ao contrário do argumento "culturalista" de Maffesoli (1997), que credita a existência de novos territórios a um processo de "reencantamento do mundo" no qual as pessoas encontrariam nas suas novas dinâmicas territoriais o "amor perdido" e a sua identidade no caos das metrópoles do século XX e XXI, nós acreditamos que, por exemplo, o foco do territorialismo nas grandes cidades brasileiras, e, em especial, a cidade do Rio de Janeiro, está mais concentrado na relação de posse dos espaços públicos como uma estratégia de defesa, ao invés de uma ligação

subjéctiva entre terrenos e habitantes.

Enfim, a multiplicação dos grupos territoriais promove direta e indiretamente um recuo acelerado do espaço público, ao potencializar os processos de privatização e de segregação nos espaços da cidade, elevando-os a patamares poucas vezes vistos. Ela promove o recuo do espaço público através do controle de sua extensão ou mesmo da ameaça do controle, diminuindo o número de fóruns políticos ao expor a inutilidade dessas ações frente às dinâmicas de apropriação. Nesse sentido, para nós, as atuais forças de modificação dos espaços na cidade têm um caráter excessivamente exacerbado de segurança: muito mais do que a mera expressão do sentimento de insegurança ou a necessidade de proteção, este caráter revela um processo de autodestruição progressiva ao minar tanto as relações ilegais entre seus cidadãos quanto as legais, a partir do avanço de um planejamento quase "antiespacial" para as cidades.

Na nossa interpretação, essas ações territoriais prejudicam a permanência e o desenvolvimento da comunicação e da circulação dos habitantes da cidade. Tal perspectiva pode ser comprovada através da multiplicação de muros, armas, cercas, placas, bandeiras etc que vem tornando a cidade inacessível como um todo. Aos poucos, como vimos, as barreiras tornam a vivência pública uma mera questão coletiva, ou da impossibilidade da dissociação total, e acreditamos que em seguida podem estimular a um maior rompimento com a política através da negação da validade e da legitimidade dos fóruns públicos.

Dentro de tudo isso, nós consideramos que uma das conseqüências mais evidentes do territorialismo urbano como um vetor de mudança das cidades estaria na associação do espaço público como espaço do conflito e da competição, rompendo parcialmente o sentido de cidade aberta, democrática e capaz de combinar de maneira harmoniosa as diferentes representações sociais. Esse sentido ideal está se tornando cada vez menos visível nas cidades, restrito a certas áreas e horários, tornando a experiência urbana cada vez mais complexa.

III - Os territórios em movimento

Para sobreviver às dinâmicas territoriais de competição nas metrópoles brasileiras e a sua tendência de desregulação do binômio identidade-território, os seus habitantes são forçados a compreender e a interagir com territórios em constante movimento. Isso significa que, em um mesmo dia, em um mesmo lugar, dependendo da hora ou de circunstâncias especiais, um cidadão pode perceber diversos sinais de territorialização. Mas, além da mera constatação da superposição dos territórios nas metrópoles, ou das dificuldades de se viver em uma dinâmica urbana que exige um cosmopolitismo suficientemente desenvolvido para permitir a circulação por diferentes pontos da cidade, somos tentados a pensar que os próprios territórios podem ser forçados a se deslocar.

Tal afirmação não é banal: a possibilidade da inversão do movimento, saindo da figura dos homens e passando para os limites de um território, representa um rompimento cada vez mais acentuado no princípio da fixação do espaço. Acreditamos que tal proposição é aceitável na medida em que a competição força as dinâmicas territoriais a se contraírem, às vezes sumirem e reaparecerem, e também a projetarem as suas relações de poder em uma área diferente e distante da área original. Nosso ponto aqui é destacar que essa mobilidade estimula fundamentalmente duas grandes transformações: **a)** transformação do sentido do território; e **b)** transformação do sentido de cidade.

Podemos apontar mudanças de sentido no conceito de território na medida em que o movimento se torna cada vez mais o *fim*, e não o *meio* de se constituir o território. Um bom exemplo está na territorialidade das torcidas organizadas de futebol na cidade do Rio de Janeiro. Suas dinâmicas de confrontação são fortemente limitadas nos estádios hoje em dia, controladas pela Polícia Militar e o GEPE (Grupo Especial de Policiamento dos Estádios). Com isso, aparentemente, o poder de territorialização desses grupos estaria bem mais restrito do que era no

passado. Porém, os estádios não são mais os únicos palcos de representação da territorialidade das torcidas, que, como colocou GOMES (2002), "transbordou" os limites dos estádios e avançou na apropriação no espaço da cidade.

Nesse sentido, não é mais no ponto de fixação que se dá a plenitude do seu comportamento territorial: é no trajeto que os leva aos estádios em que seus participantes alcançam esse clímax. De diversos pontos da cidade partem pequenos grupos de torcedores, sub-grupos das torcidas organizadas que se dividem de acordo com a contigüidade dos bairros (são os *comandos*, *pelotões*, *famílias*, *núcleos* etc), rumo ao Estádio do Maracanã. Muitas vezes, tais grupos se valem do poder de intimidação para não pagar as passagens nos ônibus e/ou nos trens e também tentam convencer o motorista a ignorar as paradas de ônibus e as estações de trem. O meio de transporte se torna a expressão territorial daquele sub-grupo, no qual os torcedores expõem suas bandeiras e faixas nas janelas, cantam e coagem os torcedores adversários que passam pelas ruas (VALVERDE, 2002). Isso não significa que os ônibus e os trens sejam conservados como áreas de afinidade: essas lotações são constantemente depredadas, pois não é a fixação que confere o valor, e sim o movimento.

Esse exemplo radical da territorialidade em movimento é apenas um em meio ao mosaico de representações que dominam os espaços públicos das grandes cidades brasileiras. Alguns se fixam no território, outros se movem constantemente, de acordo com o grau de competitividade e de resistência às dinâmicas.

Dessa forma, acreditamos que tal conjunção de territorialidades engendra conseqüências para o sentido de cidade, pois elas se chocam e se superpõem no tempo e no espaço, e vem definindo uma nova forma de se pensar a experimentação do urbano. A cidade, mais do que nunca, é o palco de representações das diferenças, mas o movimento contínuo de pessoas tentando fugir das dinâmicas territoriais ou, ao contrário, tentando garanti-

las, dá à circulação significações mais ricas e mais relevantes do que antes. Portanto, circular em certas áreas, em certas direções e em certos horários podem ser atos muito significativos. Ao aceitarmos que a circulação ganha um papel

destacado na compreensão da cidade atual, abrimos caminho para novas interpretações do sentido de cidade, pois será nesses movimentos que iremos transparecer a riqueza de nossa organização sócio-territorial.

Notas

- ² Apud Gomes, Paulo Cesar C. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996. p.186.
- ³ Apud Gomes, *op. cit.*, p.185.
- ⁴ Sack, Robert. *Human territoriality – its theory and history*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986. 400p.
- ⁵ Souza, Marcelo J.L. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento" In: CASTRO,

- Iná E. (et alli) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995. pp.77-116
- ⁶ Souza, *op.cit.*, p.78.
- ⁷ Souza, *op.cit.*, p.86.
- ⁸ Moura, Rosa. "Fronteiras invisíveis: o território e os seus limites" In: *Território – ano V, nº9*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2000. p.86.
- ⁹ Sobre esse debate, ver GOMES, *op. cit.*, 2002.

Bibliografia

- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história*. São Paulo, Editora Gradiva, 1992. 384 p.
- GOMES, Paulo C.C. *A condição urbana*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2002. 326 p.
- _____, *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1996. 366 p.
- MAFFESOLI, Michel. *A transfiguração do político*. Porto Alegre, Editora Sulina, 1998. 288 p.
- MOURA, Rosa. "Fronteiras invisíveis: o território e os seus limites" In: *Território – ano V, nº9*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2000. pp.85-101.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Editora Ática, 1980. 269 p.
- RATZEL, Friedrich. *Géographie politique*. Paris, Editions Economica, 1988. 385 p.
- _____, "O povo e seu território" In: MORAES, Antônio Carlos R. (org.). *Ratzel*. São Paulo, Editora Ática, 1990. pp. 73-82.
- _____, "Posição, configuração e grandeza da humanidade" In: MORAES, Antônio Carlos R.

- (org.). *Ratzel*. São Paulo, Editora Ática, 1990. pp. 112-121.
- _____, "As leis do crescimento espacial dos Estados" In: MORAES, Antônio Carlos R. (org.). *Ratzel*. São Paulo, Editora Ática, 1990. pp. 175-192.
- SACK, Robert. *The human territoriality its theory and history*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986. 400 p.
- SOUZA, Marcelo J.L. *O desafio metropolitano – Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro, Editora Betrand Brasil, 2000. 366 p.
- _____, "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento" In: *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1995. pp.77-116.
- VALVERDE, Rodrigo Ramos H.F. *A metáfora da guerra*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado em geografia UFRJ/PPGG, 2002. 105 p.

Trabalho enviado em novembro de 2003.

Trabalho aceito em abril de 2004.

